



De Belém a Santa Marta: uma guerra no meio do caminho para superação da era fóssil

BRASÍLIA, ABRIL DE 2026

Entre os dias 24 e 29 de abril será realizada, em Santa Marta, na Colômbia, a 1ª Conferência sobre a Não Proliferação de Combustíveis Fósseis. O esforço foi anunciado na COP 30 em Belém, como uma estratégia para construção de avanços no campo do multilateralismo, mas em paralelo e, espera-se, alinhado aos esforços da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC).

A Conferência, liderada pela Colômbia e Países Baixos reunirá governos, academia e sociedade civil para discutir e construir caminhos que acelerem a transição energética para longe dos combustíveis fósseis de forma mais eficaz, considerando as diferentes realidades econômicas e sociais dos países ao redor do mundo.

Espera-se que a Conferência em Santa Marta possa contribuir significativamente para que atores governamentais, academia, sociedade civil possam aprofundar entendimentos sobre desafios e caminho para a superação da dependência fiscal, econômica e energética associada aos combustíveis fósseis.

Os desafios são enormes. Este caminho deve respeitar as realidades dos diferentes países, estar alinhado ao contexto geopolítico marcado por guerras na qual o controle do petróleo é peça central, e ser construído com base em entendimentos e compromissos multilaterais. Em um contexto de profunda crise do multilateralismo.

No caso brasileiro, as exportações de óleo cru vêm crescendo desde o início da guerra no Leste Europeu, e a tendência é de intensificação diante dos conflitos no Oriente Médio. Esse contexto aprofunda a dependência fiscal do país em relação às receitas do petróleo. Ainda que a Petrobras tenha abandonado a política de paridade de importação

(PPI), a combinação entre os efeitos das guerras sobre o mercado internacional de petróleo e derivados, a limitada capacidade de refino doméstico e a privatização da BR Distribuidora contribui para a elevação dos preços dos combustíveis (diesel e gasolina) nas bombas. Diante desse cenário, no curto prazo, o governo brasileiro, assim como outros governos, retomou subsídios à comercialização desses combustíveis, política descontinuada desde 2024 - conforme apontado pelo Inesc no **monitoramento anual dos subsídios às fontes de energia**.

Como medida adicional, o governo brasileiro propôs uma taxa de 12% sobre a exportação de petróleo, com o objetivo de financiar esses subsídios ao consumo de combustíveis. A medida, contudo, já enfrenta judicialização. Empresas petroleiras (como Shell, Equinor, Repsol, Petrogal e TotalEnergies) entraram na Justiça contra a alíquota de 12% criada por medida provisória em 2026, sendo incerta a manutenção da medida

Este é um pequeno retrato que ajuda a evidenciar a necessidade de considerar as diversas realidades dos países, seja pelo lado da oferta, mas também da demanda, quando buscamos a saída dos combustíveis fósseis.

O marco conceitual e busca por pragmatismo na Conferência:

O grande desafio e expectativa é que a Conferência de Santa Marta contribua para construir alinhamentos políticos que também possam ajudar na construção de consensos na COP 31, sobre caminhos possíveis para enfrentar o aquecimento global e as suas consequências climáticas e sociais.

Nessa direção, o marco conceitual da Conferência representa um avanço, ao recortar o problema em pilares que são estruturais e na busca de soluções concretas que respondam a eles do ponto de vista técnico, energético, político, institucional, econômico, social, de justiça, e não só climático.

Os diversos atores envolvidos foram convidados a contribuir a partir de questões e soluções objetivas em três grandes eixos e sub temas que abordam os desafios centrais:

- I. Superar a Dependência Econômica dos combustíveis fósseis
 - Dependência fiscal;
 - Reversão econômica e laboral
 - Responsabilidades e compromissos compartilhados

- II. Transformar oferta e demanda
 - Substituição de fontes (incluindo redesenho da matriz energética)
 - Eliminação de novos fatores de demanda
 - Redução gradual planejada e encerramento da extração de combustíveis fósseis (passivos ambientais, distribuição justa de responsabilidades e impactos, cobertura de custos, gestão de ativos irrecuperáveis)

- Eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis e reconversão de fundos para o investimento em energia limpa

III. Fortalecer a Cooperação Internacional e o Multilateralismo.

- Abordagem das lacunas de implementação, cooperação e governança, incluindo o escopo e os desafios da UNFCCC
- Remoção das barreiras jurídicas internacionais à transição, particularmente o ISDS (Solução de Controvérsias entre Investidor e Estado).

As contribuições do Inesc, a partir do caso brasileiro

O Inesc, como organização da sociedade civil que atua na agenda de superação da dependência dos combustíveis fósseis, entende que o caso brasileiro é chave para identificação dos desafios e caminhos para a transição.

O Brasil tem se consolidado como um grande produtor e exportador de petróleo, ao mesmo tempo em que governo e setor privado avançam a fronteira de exploração para a Margem Equatorial. Discursivamente, a narrativa da promessa do desenvolvimento nacional (e amazônico) e da importância da renda do petróleo nesse horizonte é uma tônica recorrente que mascara os reais desafios para superação da dependência em relação aos combustíveis fósseis.

Por isso, a realidade brasileira traz elementos importantes para que os desafios em escala nacional, regional, global possam ser identificados e superados.

1 - Superação da Dependência Econômica dos combustíveis fósseis

Pelo lado da dependência, as receitas públicas associadas à exploração de óleo e gás natural são, há muito tempo, instáveis, pois refletem as variações de oferta e demanda em um setor altamente internacionalizado e marcado por forte volatilidade de preços, como foi colocado acima. No contexto da transição energética, a tendência é que essas receitas sofram ainda mais pressão, com a redução gradual e sustentada da demanda global por petróleo. Quando essas perdas não são planejadas ou mitigadas internamente, podem gerar respostas como instabilidade fiscal e política, além do aumento de incentivos (subsídios) à produção, alimentando um ciclo que vai na contramão dos esforços globais para diversificar a oferta de energia, em um cenário de expansão da demanda pelas próximas décadas.

Ao mesmo tempo, muitos governos enfrentam restrições fiscais constantes, o que reduz tanto o interesse político quanto a margem de manobra para abrir mão de receitas no curto prazo ou para adotar medidas que orientem esses recursos e criem mecanismos de proteção frente a perdas futuras.

Diante disso, ganha importância a coordenação internacional para a criação de mecanismos de taxação global dos lucros das empresas de petróleo, de modo a garantir receitas adicionais. Esses recursos poderiam ser utilizados por países produtores para apoiar estratégias de redução da dependência fiscal dos combustíveis fósseis. Nesse sentido, o Inesc tem proposto a construção de um espaço de negociação que articule a UNFCCC com a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional, o que pode fortalecer politicamente o mecanismo

e ampliar o apoio à sua implementação. Ao passo que nos níveis nacionais, os governos têm autonomia para criar tributos, mas a coordenação multilateral aumenta significativamente a viabilidade dessas medidas.

2. Eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), acabar com os subsídios explícitos aos combustíveis fósseis poderia reduzir as emissões globais de CO₂ em cerca de 5% até 2030, em comparação ao cenário atual. Esse número poderia chegar a 43% se também fossem enfrentados os subsídios implícitos, por meio de uma precificação mais ampla do carbono.

Apesar desse potencial, essa é uma agenda difícil de implementar. Os preços dos combustíveis têm grande peso social e político, e aumentos, tanto internacionais quanto domésticos, costumam ser respondidos pelos governos com subsídios ao consumo - é que estamos vendo no Brasil.

Além disso, esses subsídios nem sempre beneficiam quem mais precisa. Em 32 países em desenvolvimento, por exemplo, o FMI aponta que 80% dos subsídios à gasolina ficam com os 40% mais ricos da população, sendo que os 10% mais ricos recebem seis vezes mais do que os 20% mais pobres. Mesmo assim, reformar esses subsídios pode ter alto custo político e impactar processos eleitorais.

Do lado da produção, a dificuldade também é grande, seja pelo peso econômico e político do setor de óleo e gás, seja pelos seus efeitos sobre arrecadação, investimentos, empregos e comércio exterior.

Embora o tema esteja na agenda internacional desde 2009, os avanços têm sido limitados. Ainda são raros os países que divulgam inventários transparentes de subsídios aos combustíveis fósseis, e muitos planos de reforma seguem pouco detalhados. Ainda assim, trata-se de uma agenda importante: revisar esses subsídios pode melhorar as contas públicas, reduzir emissões de gases de efeito estufa, diminuir a poluição local e fortalecer a transição energética.

Esse debate já aparece em diferentes espaços internacionais. A revisão de subsídios ineficientes foi colocada no G20 e no G7. Em 2021, foi mencionada na COP 26; em 2022, apareceu de forma indireta no Marco Global da Biodiversidade; e, em 2023, voltou de forma mais explícita na COP 28. Ainda assim, falta uma decisão mais concreta que estabeleça uma rota clara, com critérios e prazos para a reforma desses subsídios.

Diante disso, iniciativas multilaterais são fundamentais. A principal é a Coalition on Phasing Out Fossil Fuel Incentives Including Subsidies (COFFIS), que reúne 17 países e incentiva a elaboração de inventários com base em critérios mínimos comuns, incluindo tipos de apoio (diretos e indiretos), combustíveis, beneficiários e setores. Esses inventários ajudam a orientar planos de eliminação gradual, com definição de cronogramas, medidas de transição justa, salvaguardas e critérios para realocação dos recursos. Ao mesmo tempo, a metodologia permite que cada país adapte esses planos às suas próprias realidades e prioridades.